



EDITAL DE LICITAÇÃO OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE OBRA TIPO MENOR PREÇO

CONVITE Nº 04/2016

1 - PREÂMBULO (art. 40, caput)

1.1- Prefeitura Municipal de Mangaratiba, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria n.º 1256 de 17 de agosto de 2015, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, em conformidade com a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislação aplicável, torna pública a realização de licitação, no **dia 21 de junho de 2016, às 15:00 horas**, no CEID- Centro de Educação de Interatividade Educacional, localizado na Rua Coronel Moreira da Silva nº 232, Centro-Mangaratiba / RJ-CEP 23.860-000, na modalidade **CONVITE**, objetivando a execução de serviços descritos no **item 2** deste convite, nas condições fixadas neste instrumento e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo **MENOR PREÇO**, e em regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

1.2- A abertura dos Envelopes **A**, contendo a documentação de Habilitação dar-se-á no mesmo dia, hora e local indicados no item 1.1. Havendo a concordância da Comissão Permanente de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pela assinatura da Declaração de Renúncia, renunciando a interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data a abertura dos Envelopes **B**, contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados.

1.3 – Os interessados em realizar visita técnica, deverão agendar previamente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, até 03 (três) dias antes do recebimento das propostas, na Praça Robert Simões, n.º 92, Centro, Mangaratiba/RJ - Tel: 021 2789-6000.

2 - OBJETO (art. 40, I)

2.1- A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta visando à contratação de empresa para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE CONCEIÇÃO DE JACAREÍ E MANGARATIBA (CENTRO), PRAÇA ROBERT SIMÕES E CAIS DE ATRACAÇÃO EM ITACURUÇÁ**, mediante a execução indireta sob o regime de empreitada por preço global conforme Projeto Básico, Orçamento detalhado em Planilha anexos, constantes no Anexo I.

3 - AQUISIÇÃO DO CONVITE E DO PROJETO BÁSICO (art. 40, IV e art. 32, § 5º)

3.1- O presente convite encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, estando disponível para retirada mediante apresentação do carimbo de CNPJ e a entrega de 01 (uma) resma de papel A4, contendo 500 fls., de segunda a sexta-feira, **das 9:00 às 12:00h e das 13:00 às 16:00h**, na Sede da Prefeitura, situada na Praça Robert Simões, n.º 92, Centro, Mangaratiba/RJ.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 40 VI)

4.1- Poderão participar da presente licitação as sociedades comerciais cujo objetivo social abranja o objeto desta licitação as condições previstas nos § 3º do art. 22 da Lei n.º 8.666/93 e nas condições previstas neste convite.

4.2- Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.3- Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.4- Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciados nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

4.5- Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.



5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” e “B” e da CARTA DE CREDENCIAMENTO (art. 40 VI)

5.1- Os envelopes **A** e **B**, contendo, respectivamente, a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste convite, devidamente fechados, constando da face de todos os quais os seguintes dizeres:

a) CONVITE nº 04 /2016
ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: _____

b) CONVITE nº 04/ 2016
ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: _____

5.2- Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na data da abertura dos envelopes **A**.

6 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (art. 40 VI e art. 27)

6.1- O envelope **A**, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá conter:

6.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica: (arts. 28 e 32)

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- d) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo conforme modelo constante no **Anexo VIII**.
- e) Declaração do proponente de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal conforme modelo constante no **Anexo III**.

6.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal: (arts. 29 e 32)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal e/ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com efeitos negativos) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos) de Regularidade Fiscal, do domicílio ou sede do proponente.



- e) Prova de regularidade para com a Procuradoria Geral do Estado, mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos) de Dívida Ativa do Estado, ressaltando que esta, somente será exigida dos proponentes com domicílio ou sede no Estado do Rio de Janeiro.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos) de Regularidade Fiscal, do domicílio ou sede do proponente.
- g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- h) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.1.2.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/2006).

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por iguais períodos, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- b) Não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará em decorrência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, podendo ser convocado as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura ou revogar a licitação.
- c) Somente poderão usufruir do benefício da LC nº 123/ 2006, alterada pela Lei Complementar nº147/2014 as ME's e EPP's devidamente credenciadas.

6.1.3 - Para comprovação de qualificação técnica: **(art. 30 e 32)**

- a) Certidão comprobatória de inscrição e regularidade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.
- c) Declaração expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, enunciando que o concorrente visitou e conhece o local onde executará a obra conforme modelo constante no **Anexo V**.
- d) Na ausência da efetiva visita ao local, a empresa deverá apresentar declaração de ciência de execução dos serviços conforme modelo constante no **Anexo IX**.

6.1.3.1 – Na seleção dos profissionais que empregará na execução dos trabalhos, a empresa deverá possuir em seu quadro profissional de nível superior detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, acompanhada de Certificado de Atestado Técnico, emitido pelo CREA ou CAU.

6.1.3.2 – Os concorrentes deverão dirigir-se a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, para agendar a visita técnica.

6.1.3.2.1 – Ressaltando, que a Empresa deverá se representar por engenheiro, com comprovação de vínculo empregatício, devidamente credenciado pela mesma, onde este deverá cadastrar-se, através do nº (21) 2789-6007, em até 8 (oito) horas antes da data da data agendada.



6.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira e demais disposições: (art. 31 e 32)

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta Comercial.
- b) Certidão negativa de falências e concordatas expedidas pelo distribuidor de sua sede. Se o proponente não for sediado na Comarca do Município de Mangaratiba ou da Capital do Estado do Rio de Janeiro, esta deverá vir acompanhada de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando o distribuidor que, na Comarca de sua sede, tenha atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas;
- c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% do valor estabelecido no item 10.1 do presente convite.

6.2- Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7 - PROPOSTA DE PREÇO (art. 40 VI).

- a) A proposta de preço – Envelope **B** – devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, estabelecidas neste convite e seus anexos e conter:
- b) Cronograma físico - financeiro, contendo as etapas de execução, levando-se em consideração o prazo máximo de execução dos serviços que será de **90 (noventa) dias**, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- c) Orçamento discriminado em preços unitários, bem como seus totais e somatório de acordo com o Orçamento básico em planilhas de quantitativos e preços unitários constantes no **Anexo I**.
- d) Preço global da obra, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com materiais novos e de primeira qualidade, mão de obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto do presente certame.
- e) Prazo de validade da proposta, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- f) A proposta de preço deverá ser apresentada em preço unitário e global nos termos do art. 7º, inciso II da Lei nº 8666/93.

8 - PROCEDIMENTO (art. 43)

8.1- Serão abertos os envelopes **A**, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedidas a sua apreciação.

8.1.1 - Serão consideradas inabilitadas as proponentes que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos solicitados, de forma diversa da indicada, ou que apresentem documentos julgados insuficientes para o atendimento das condições deste Edital.

8.2- No Certificado de Registro Cadastral apresentado deverá conter o código de ramo de negócio que abranja o objeto desta licitação. Caso não conste o código de ramo de negócio que abranja o objeto desta licitação, a Comissão Permanente de Licitação poderá interromper o certame para solicitar o processo de registro cadastral para verificar se o objetivo social constante no contrato social abrange o objeto deste certame.



8.3- Os envelopes **B**, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

8.4- Serão abertos os envelopes **B**, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.5- Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no **Item 7** deste convite, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8.6- Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no **Item 9** deste convite.

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO (art. 40, VII, art. 44 e “caput” do art. 45)

9.1 - Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificados as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando – se vencedor o proponente que apresentar o **Menor Preço Global**, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços fixados no **item 10.1** deste convite.

9.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas à classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados, desde que preliminarmente observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

9.3 - Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) Ultrapassar o valor fixado no item **10.1** deste convite;
- b) Deixar de cotar qualquer dos itens da obra;
- c) Alterar quantidade constante na planilha;
- d) Cotar valor global manifestamente inexecutável, nos termos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/93;
- e) Não atender as exigências contidas no presente convite

10 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS (art. 40, X)

10.1 - Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços no valor global superior a **R\$ 144.360,11 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e sessenta reais e onze centavos)**.

11 - PRAZOS (art. 40, II)

11.1 - O prazo máximo para a execução do objeto da presente licitação será de **90 (noventa) dias**, a contar da emissão da ordem de serviços que deverá ser emitida em até 90 (noventa) dias, após a assinatura do instrumento contratual, prorrogável nos termos do art. 57, § 1º, da Lei federal n.º 8.666/93.

11.2 - Os prazos acima poderão ser revisto nas hipóteses os termos do art. 57, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93.

11.3 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o setor pertinente, convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste convite, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente convite, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.5 - Os prazos de que tratam o **item 11.1** poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93



12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 40, III)

12.1 – À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) Multa, de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo - se a mora independentemente de notificação ou interpelação, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.2 – A penalidade estabelecida na letra “b” do item 12.1 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais,

12.3 – A multa aplicada será descontada de eventuais créditos que tenha em face da contratante ou cobrada judicialmente.

13 – CRITÉRIO DE REAJUSTE (art. 40, XI)

13.1 - Na eventualidade de se ultrapassar o período de doze meses da data de publicação do Contrato, o eu valor poderá ser recomposto, alcançado a data de apresentação da proposta e aplicando-se o ICC, acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento ou revisão.

14 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 40, XIV)

14.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado, acompanhada dos comprovantes de recolhimento do FGTS e CND e CNDT. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o convite, conforme disposto no Decreto Municipal nº 3293/2014. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

14.2 - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

14.3 - Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder a 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

14.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

- 10.01.15.451.0501.1.006.3.3.90.39.00.00.00.00.0100
- 10.01.15.451.0501.1.006.3.3.90.39.00.00.00.00.0110

Da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo



15 - GARANTIA (art. 40, XVII e art. 56)

15.1 - Fica dispensada a apresentação da garantia, nos termos do *caput* do art. 56, da Lei nº 8.666/1993.

16 - SUBCONTRATAÇÃO (art.40, XVII, art. 72 e art. 78, VI)

16.1 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do objeto contratual.

17 - FISCALIZAÇÃO (art. 40, XVII e art. 67)

17.1 - Cabe ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo ou através de servidor por ele designado, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, nos termos do Art. 67 da lei 8.666/93, e Decreto Municipal nº 3293/ 2014.

17.2 - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

17.3 - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigaram suas conseqüências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

18 - RECEBIMENTOS DO OBJETO (art. 40, XVI)

18.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b” e art. 76 da Lei nº 8.666/93.

18.2 - Executando o objeto do contrato, a Contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o disposto no art. 618 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

18.3 - Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato correrá por conta da Contratada.

18.4 - Executando o contrato a Contratada deverá deixar o local da obra e suas adjacências em perfeito estado e em condições de utilização imediata.

19 - RECURSOS (art. 40, XV)

19.1 - Aos proponentes são assegurados o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

20 - ANEXOS DO CONVITE (art. 40, §2º)

20.1 - Integram o presente convite os seguintes anexos:

- I. Projeto Básico;
- II. Formulário padronizado de proposta;
- III. Modelo de Decl. De cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da CF/88;
- IV. Minuta de Contrato;
- V. Atestado de Visita Técnica;
- VI. Recibo de Retirada do Convite;
- VII. Modelo de Carta de Credenciamento;
- VIII. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- IX. Declaração de Condições de Execução de Serviço.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 40, XVII)



21.1 - A Prefeitura Municipal de Mangaratiba poderá revogar ou deverá anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal n.º 8.666/93.

21.2 - Não serão admitidas a esta licitação as empresas:

- a) Suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública;
- b) As declaradas inidôneas, vigente a penalidade imposta pela autoridade federal, estadual ou municipal;
- c) Sob regime de falência ou concordata.

21.3 - As impugnações a este ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação e entregues na Sede da Prefeitura, situada na Praça Robert Simões, n° 92, Centro, Mangaratiba/ RJ.

21.4 - Os recursos administrativos serão dirigidos ao Sr. Secretário de Governo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, devendo ser entregues na Praça Robert Simões, n.º 92, Centro, Mangaratiba/ RJ, órgão de protocolo, sendo julgados em conformidade com o art. 109 da Lei federal n.º 8.666/93.

Mangaratiba, 13 de junho de 2016.

ELIAS MORAIS
Secretário Municipal de Governo



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

INTRODUÇÃO

Este documento estabelece as normas gerais e específicas à **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE CONCEIÇÃO DE JACAREÍ E MANGARATIBA (CENTRO), PRAÇA ROBERT SIMÕES E CAIS DE ATRACAÇÃO EM ITACURUÇÁ**, em cumprimento ao Art.6º da Lei 8.666/99, portanto informações fundamentais para a contratação relativa ao objeto.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as condições caóticas a que esses importantes espaços públicos se apresentam, ou seja, deterioração do equipamento, utilização inadequada, desorganização funcional e por serem estes os pontos geográficos de maior atração de turistas estrangeiros, seja pela acessibilidade a baía da Ilha Grande, as Ilhas virgens da Baía de Sepetiba e pela visitação do Centro Histórico/Administrativo da cidade, a Administração Pública entende que um projeto desta envergadura alavancará a recuperação da imagem do Município.

Outrossim, a aplicação de técnicas urbanísticas e arquitetônicas atualizadas não só valorizarão o entorno das regiões contempladas, como também proporcionarão conforto aos munícipes e outros usuários, bem como manterão a ordem urbana através da aplicação de padrões consagrados de mobilidade, acessibilidade e recuperação quanto à poluição visual que impera nos dias de hoje.

A ordem pública organiza e induz as atividades econômicas desenvolvidas nas localidades, cria empregos e recupera receitas há tempos perdidas.

MEMORIAL DESCRITIVO

- Serviços de escritório e campo;
- Levantamento fotográfico para inventário urbano;
- Mobilização e desmobilização de equipe/equipamento topográfico;
- Execução de levantamento topográfico por batimetria para reformas e ampliação de cais;
- Execução de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral das áreas de influência das intervenções propostas;
- Execução de levantamento topográfico planialtimétrico das áreas a urbanizar;
- Projeto Básico visando à organização espacial e setorização de atividades, contemplando novos traçados de sistema viário, passeios, praças, arborização, iluminação com critérios luminotécnicos, iluminação cênica, distribuição e integração do mobiliário urbano e equipamentos, sinalização indicativa de tráfego, tanto de pedestres como de veículos, bem como a previsão dentro das normas técnicas aplicáveis, da população máxima de utilização dos equipamentos projetados.



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA BÁSICA

Projeto : Elaboração de Projeto de Urbanização e Reurbanização de Orla							EMOP
Local : Orla de Conceição de Jacareí, Mangaratiba e Itacuruçá - Mangaratiba - RJ.							10/11/2015
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Proposto	
1,0		SERVICOS DE ESCRITORIO, LABORATORIO E CAMPO					
1,1	01.016.0070-A	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPE E EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA COM DESLOCAMENTO SUPERIOR A 20KM,MEDIDO POR KM EXCEDENTE,A PARTIR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (KM 0 DA AV.BRASIL)	KM	124,00	4,01	497,24	
1,2	01.016.0090-A	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO POR BATIMETRIA,SERVICOS DE CAMPO ESCRITORIO,COM SECOES DE LEVANTAMENTO EQUIDISTANTE DE ATE 20METROS,INCLUSIV E TRANSPORTE DO PESSOAL,COM AREA DE ATE 10 HA (ESCALA 1:500)	HA	1,00	2.628,48	2.628,48	
1,3	01.016.0092-A	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO DE ASPECTO DE AREA URBANA,COM IMPRESSAO COLORIDA	UN	200,00	1,16	232,00	
1,4	01.016.0100-A	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO,PLANIALTIMETRICO CADASTRAL DE AREASDE LOGRADOUROS PUBLICOS,COMPREENDEDO NIVELAMENTO DO EIXO DE LOGRADOUROS,COM COTAS DE TAMPOES DE POCOS DE VISITA,COTASDE SOLEIRAS DE EDIFICACOES E/OU TERRENOS,LEVANTAMENTO DE POSTEACAO,ARVORES,ETC	M2	16.699,00	0,96	16.031,04	
1,5	01.016.0229-A	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO E CADASTRAL,COM CURVAS DE NIVEL A CADA 1,00M,CONSIDERANDO TERRENO DE OROGRAFIANO ACIDENTADA E VEGETACAO RALA.CUSTO PARA AREA DE 5000,00A 10000,00M2 (ESCALA 1:250/500)	UN	1,00	3.991,87	3.991,87	
1,6	01.050.0160-A	PROJETO BASICO PARA URBANIZACAO/REURBANIZACAO DE AREAS,VISANDO A ORGANIZACAO ESPACIAL E DAS ATIVIDADES,CONTEMPLANDO:SISTEMA VIARIO,PASSEIOS,PRAÇAS,ARBORIZACAO,ILUMINACAO COM CRITERIOS LUMINOTECNICOS,DISTRIBUICAO E INTEGRACAO DO MOBILIARIO URBANO E EQUIPAMENTOS URBANOS,APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADROES DA CONTRATANTE	HA	2,52	44.223,21	111.535,36	
Total Item 01						134.915,99	
PREÇO DE CUSTO						134.915,99	
BDI DE 7,0%						9.444,12	
PREÇO DE VENDA						144.360,11	
Mangaratiba, 23 de fevereiro de 2016.							

COMPOSIÇÃO DE BDI

COMPOSIÇÃO DE BDI COM DESONERAÇÃO				
AC é a taxa de rateio da administração central;	=	0,45%		
S é uma taxa representativa de seguros;	=			
R corresponde aos riscos e imprevistos;	=			
G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;	=			
DF é a taxa representativa das despesas financeiras;	=			
L corresponde à remuneração bruta do construtor;	=	0,50%		
			PIS	COFINS
I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).	=	5,65%	0,65%	3%
			ISS	CPRB
BDI = $\left[\frac{1 + (AC + S + R + G)}{1 - I} \right] \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1 \times 100$	=	7,00		2%
Mangaratiba, 23 de fevereiro de 2016.				



ORIENTAÇÕES GERAIS

A apresentação do projeto se dará por Memorial Descritivo, pranchas impressas, mídia digital com extensão .dxf ou .dwg e maquete eletrônica.

As áreas de intervenção urbanística estão identificadas em plantas, anexadas a este projeto básico.

Além da ABNT, as normas municipais, estaduais e federais para a ocupação de espaços deste tipo, devem ser compiladas e observadas.

Elaboração e apresentação de programa, contendo exigências de caráter prescritivo e de desempenho que traduzam às necessidades e expectativas dos usuários, a serem satisfeitas pelo projeto.

Apresentação da previsão populacional, dentro das normas aplicáveis, que poderá utilizar os diversos equipamentos.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Elaboração de estudo preliminar contendo:

- relatório fotográfico embasando o caos atual, com mínimo de 30 registros.
- desenvolvimento e apresentação da ideia preliminar de soluções tais como a transformação de uso, os acréscimos, a infraestrutura e o fluxo viário;
- definição de padrões construtivos e de acabamentos;
- planilha de estimativas de custos para definição orçamentária;

Elaboração de anteprojeto contendo:

- apresentação na escala 1/10.000;
- cortes e vistas dos principais pontos de interesse do projeto e que permitam compreender o aspecto final dos elementos, em escala aceitável;
- alguns elementos de interesse principal do projeto deverão ser apresentados na forma de infografia 3D, com pouca precisão, num mínimo de 12 imagens para o conjunto;
- catálogos, amostras, modelos ou outras referências padrão serão apresentados nesta fase, para instruir a proposta de solução;

Elaboração de master plan contendo:

- apresentação na escala 1/2.000;
- alguns elementos de interesse principal do projeto deverão ser apresentados na forma de infografia 3D, com muita precisão, num mínimo de 12 imagens para o conjunto;

Elaboração de detalhes contendo:

- equipamentos urbanos demonstrados em planta com escala 1/50 ou superior, com dimensões, cotas de todos os elementos, cortes gerais e elevações;
- as funções das áreas em cada ambiente;
- humanização dos espaços;
- demolir/construir em escala compatível no caso de projeto urbanístico e em escala 1/50 no caso de projeto arquitetônico;
- planta de pisos em escala compatível contendo níveis, inclinações e pisos táteis, com indicação dos materiais escolhidos, bem como paginação sugerida;
- planta de tetos em escala compatível, contendo a representação de forros e pontos de iluminação sugerida;
- distinção gráfica entre elementos estruturantes e vedações seccionadas;



- vistas em escala compatível, contendo eixos do projeto e cotas de acabamento, guarda corpo e peitorais;
- apresentação de infográficos 3D elaborados na etapa anterior, revisados e atualizados.

Elaboração de projeto complementar contendo:

- instalações atuais de hidráulica, elétrica e sanitária;
- esquemas de interligações;
- instalações projetadas de hidráulica, elétrica, sanitária, combate a incêndio e comunicação visual;
- especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos.

Elaboração de orçamento estimado baseado em boletins de custos.

Elaboração de peças do projeto:

- plantas, desenhos esquemáticos, planilhas e memoriais assinados e em três vias e uma versão em mídia digital para cada setor;
- comentários, exigências e aprovações serão formalizados em documento próprio da SMOU e, quando necessárias, indicações nos documentos entregues pela contratada;
- apresentação dos diversos desenhos atenderá as normas da ABNT;
- para apresentação dos documentos em texto e planilhas serão utilizados WORD e EXCEL.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OPERACIONAL

- a SMOU realizará uma etapa de reuniões iniciais com a Contratada a fim de fornecer todas as informações pertinentes ao estudo e esclarecer eventuais dúvidas após 3 dias da assinatura do contrato;
- a contratada terá 90 dias corridos, a contar da data da ata de reunião que oficializa o início da execução, para finalizar e entregar todos os projetos e relatórios;
- a contratada terá 7 dias corridos, a contar da data da ata de reunião que oficializa o início da execução, para apresentar um cronograma detalhado dos trabalhos, com previsão das entregas parciais dos subitens descritos, para aprovação imediata da SMOU;
- qualquer alteração posterior à etapa de reuniões deverá ser acordada por escrito com a SMOU.
- qualquer alteração dos prazos determinados neste Projeto Básico deverá ser feita através de solicitação escrita a SMOU.

PROCEDIMENTOS DE ENTREGA DOS PROJETOS:

- as pranchas com desenhos deverão conter no carimbo do projeto, no mínimo: nome da Contratante, título do projeto, local da intervenção, conteúdo, número da prancha, escala, data, nome do projetista e seu número de registro no conselho, assinatura, bem como campo para recebimento e aprovação da SMOU. Junto ao carimbo deverá ser previsto tabela para revisões.
- os desenhos e documentos produzidos em tamanho A4 deverão possuir capa com o mesmo carimbo.
- a mídia digital (CD/DVD) deverá ser devidamente identificada com etiqueta contendo as seguintes informações: título, conteúdo, local, projeto, numeração e data.
- o projeto resultante da execução dos serviços contratados será considerado entregue formalmente por meio de emissão do Termo de Recebimento Provisório fornecido pela SMOU.



- a SMOU poderá exigir, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.
- eventuais correções e alterações solicitadas devem ser concluídas e entregues pela Contratada em prazo definido pela SMOU.
- cada produto será considerado aceito definitivamente por meio da emissão de Termo de Recebimento Definitivo expedido pela SMOU e assinado pelas partes após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico.
- é de imperiosa necessidade que a Contratada apresente e acompanhe todas as aprovações dos projetos e licenças necessárias para a futura execução das obras perante órgãos municipais, estaduais e federais, observando as leis, regulamentos e códigos, sendo seu dever verificar sua obrigatoriedade junto a tais instituições.
- as despesas com emolumentos e taxas correspondentes resultante dos serviços especificados acima serão custeados pela SMOU.
- a Contratada é obrigada a cumprir outras formalidades que vierem a ser necessárias, inclusive realizar ajustes nos projetos decorrentes de condicionantes exigidas para concessão de licença.

PRAZO DE EXECUÇÃO

- o prazo total é de 90 dias e será subdividido através do cronograma apresentado e aprovado, embasado nas especificações listadas acima.

FORMA DE PAGAMENTO

- os serviços contratados serão pagos em parcelas listadas;

ATIVIDADE	UNIDADE	R\$	TOTAL
Relatório do levantamento	Pranchas/diagnóstico	20.000,00	20.000,00
Estudo preliminar	Pranchas/imagens 3D	30.000,00	50.000,00
Anteprojeto	Pranchas com detalhes	30.000,00	80.000,00
Projeto básico	Pranchas/imagens 3D	35.000,00	115.000,00
Cronograma/custos	Relatório	15.000,00	130.000,00
Aprovações	Relatórios e licenças	14.360,11	144.360,11

ORIENTAÇÕES PARA A CONTRATADA

- guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da Contratada;
- arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus;
- obter todos os dados necessários a elaboração dos projetos, além dos fornecidos pela SMOU;
- compatibilizar os projetos, propiciando que todos interajam de forma harmônica, técnica, funcional e esteticamente entre si;
- assumir a responsabilidade pelos projetos, mesmo em caso de subcontratação.

ORIENTAÇÕES PARA A CONTRATANTE

- facilitar por todos os meios o exercício das funções, dando-lhes acesso e provendo condições suficientes para a execução dos serviços;
- efetuar pagamento nas condições e preços pactuados;
- fiscalizar os serviços prestados através de funcionário de seu quadro;



- fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários para a perfeita execução do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666 e do decreto nº 3496/2016.

A CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste projeto básico.

A Fiscalização notificará a CONTRATADA por escrito, de todas as penalidades e suspensão dos serviços, sempre que for comprovada qualquer inobservância desta contratação, fixando prazo para a sua correção.

O gestor do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais como multas e sustação de pagamentos, conforme o disposto no § 1º e no § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do contrato ou descumprimento de quaisquer dos deveres elencados neste Projeto Básico, sujeitará a Contratada, garantida prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades de lei, à penalidades.

Mangaratiba, 26 de fevereiro de 2016.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA

ATT: Sr Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prezado Senhor,

Atendendo a consulta formulada através do **Convite nº 04/ 2016**, referente ao **Processo Administrativo N.º 3008/2016**, apresento-lhe a Proposta para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE CONCEIÇÃO DE JACAREÍ E MANGARATIBA (CENTRO), PRAÇA ROBERT SIMÕES E CAIS DE ATRACAÇÃO EM ITACURUÇÁ**, conforme abaixo:

- 1) Cotamos para o objeto em licitação o valor de R\$ _____.(valor por extenso), cujo desconto total é de ____ %, nos termos do item 7 do Convite.
- 2) O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.
- 3) **Informações Complementares:**

Dados da Proponente:

- I. Razão Social: _____;
- II. CNPJ: _____ Insc. Est.: _____;
- III. Insc. Municipal: _____;
- IV. Endereço: _____;
- V. Telefones: _____ Fax: _____;
- VI. E-Mail: _____;
- VII. Banco: _____; Agência/nº. _____;
- VIII. Conta-Corrente nº: _____;

Dados do representante legal que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:

- I. Nome: _____;
- II. Nacionalidade: _____ Profissão: _____;
- III. Estado Civil: _____ Identidade nº: _____;
- IV. Órgão Exp.: _____ Data de Emissão: ____/____/____;
- V. CPF: _____;

Local e data

(Assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÃO: O modelo de proposta em epígrafe deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO III

DECLARAÇÃO

CONVITE Nº 04 /2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3008/2016

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data

(Assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÃO: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____/2016.

TERMO DE CONTRATO OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE OBRA que entre si celebram, de um lado, O **MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, como **CONTRATANTE** e a empresa _____ como **CONTRATADA**, com fulcro na Lei 8.666/93, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmo. Sr Secretário **Pedro Luiz Barbosa**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n.º 1985105768 CREA/RJ, inscrito no CPF-MF sob o n.º 636.319.897-68, doravante denominado **CONTRATANTE** e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, casado, _____, portador da cédula de identidade n.º _____ e do CPF nº. _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Termo de Contrato, constante do **Processo Administrativo n.º 3008/2016**, doravante denominado Processo, concernente à **Licitação n.º 04/2016**, na modalidade **CONVITE**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições, que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominadas Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratada se obriga a realizar o serviço de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE CONCEIÇÃO DE JACARÉ E MANGARATIBA (CENTRO), PRAÇA ROBERT SIMÕES E CAIS DE ATRACAÇÃO EM ITACURUÇÁ**, conforme Projeto Básico, Orçamento detalhado em planilha, devidamente aprovado em **26 de fevereiro de 2016** os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente Contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES

O valor global do contrato é de R\$ _____ (**valor por extenso**), correspondendo ao objeto definido na Cláusula Primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Quarta.

Parágrafo Primeiro – Das Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, através de crédito em conta-corrente ou cheque administrativo, mediante a apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado, acompanhada dos comprovantes de recolhimento do FGTS, CND e CNDT. Os fiscais do contrato conferirão a execução em conformidade com o convite, conforme disposto no Decreto Municipal nº 3293/2014. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

Parágrafo Segundo - Da Atualização Monetária

Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata die*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do mês de atraso.

Parágrafo Terceiro – Dos Juros Moratórios



Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (Lei federal n.º 10.406/02, art. 406). Entende-se por atraso o prazo que exceder 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

Parágrafo quarto – Do Reajuste

Passados doze meses da data de publicação do Contrato, o seu valor poderá ser recomposto, alcançado a data de apresentação da proposta e aplicando-se o ICC, acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento ou revisão;

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O prazo será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da ordem de serviço, que deverá ser expedido em até 90 (noventa) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma prevista no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO RESPALDO ORÇAMENTÁRIO

Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

- 10.01.15.451.0501.1.006.3.3.90.39.00.00.00.00.0100
- 10.01.15.451.0501.1.006.3.3.90.39.00.00.00.00.0110

Da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

I - A **CONTRATANTE** obriga-se á:

- a) Realizar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Fornecer à Contratada, documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente Contrato.

II - A **CONTRATADA** obriga-se á:

- a) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, (incluindo seus empregados em serviço), às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado;
- b) Executar o serviço objeto deste Contrato;
- c) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.
- d) Manter durante toda a vigência do contrato os requisitos de habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro – O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à Contratada.

Parágrafo Segundo – O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA OITAVA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução será acompanhada nos termos dos Arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único

- 1) A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 2) A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **Secretário Municipal de Obras e Urbanismo** ou através de servidor por ele designado, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

Parágrafo Segundo - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigaram suas conseqüências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

Parágrafo Terceiro - A fiscalização será exercida nos termos do Art. 67 da lei 8.666/93, e Decreto Municipal nº 3293/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Parágrafo Primeiro – Das Prorrogações

O Contrato poderá ser prorrogado, nas hipóteses do § 1º, art. 57, da Lei federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Será permitido o reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato observado o disposto no art. 57, § 1º, art. 58, I, §§ 1º e 2º, e art. 65, II, “d”, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – Dos Acréscimos ou Supressões

A Prefeitura Municipal de Mangaratiba poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e parágrafo 1.º, da Lei federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS

Fica dispensada a apresentação da garantia, nos termos do *caput* do art. 56, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) Multa, de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;



- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecuções de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

Parágrafo Primeiro – A penalidade de multa, estabelecida na alínea “b” do *caput* desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, sendo desmontável da garantia caso tenha sido exigida.

Parágrafo Segundo – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando solicitada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-la judicialmente.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo atraso na execução, por culpa da contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

Parágrafo Quarto – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal n.º 8.666/93, com as conseqüências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no convite.

Parágrafo Único – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A Contratada manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE**, às suas expensas, se obriga a providenciar o encaminhamento para a publicação deste Contrato, em extrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, que deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias do encaminhamento no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

O Foro do contrato será o da Comarca de Mangaratiba, excluído qualquer outro. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São extraídas as seguintes cópias deste acordo: uma para a Procuradoria Geral do Município, uma para a **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo** outra para a contratada, em forma de extrato, para a Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Governo
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO N° 3008/2016

Rubrica _____ Fls. _____

Mangaratiba, _____ de _____ de 2016.

PEDRO LUIZ BARBOSA
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade n.º

CPF n.º

Nome:

Identidade n.º

CPF n.º



ANEXO V

ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

CONVITE Nº 04 /2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3008/2016

Atestamos que o (a) Sr^(a) _____, engenheiro civil ou arquiteto, registrado no CREA/ CAU sob N. _____, na qualidade de profissional indicado pela empresa _____, CNPJ Nº _____, telefone (____) _____, compareceu no _____ e, acompanhado do representante deste órgão, efetuou a visita a que se refere o subitem 6.1.3. "c" do Convite.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2016.

Assinatura e matrícula do representante da SMO

Assinatura do profissional indicado pela empresa



ANEXO VI

RECIBO DE RETIRADA DE CONVITE

Recebi da Comissão Permanente de Licitação do Município de Mangaratiba o **Convite n.º04/2016**, que objetiva à contratação de empresa especializada para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE CONCEIÇÃO DE JACAREÍ E MANGARATIBA (CENTRO), PRAÇA ROBERT SIMÕES E CAIS DE ATRACAÇÃO EM ITACURUÇÁ**, mediante a execução indireta sob o regime de empreitada por Preço Global conforme Projeto Básico, Orçamento detalhado em planilha e Cronograma físico financeiro, constantes no **Anexo I**, que se realizará na data de **21 de junho de 2016, às 15:00 horas**, conforme autorização e informações contidas no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3008/2016**.

Mangaratiba, _____ de _____ de 2016.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Tel.: _____

E-mail.: _____

Nome / Representante: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO VII

CARTA DE CREDENCIAMENTO

CONVITE Nº 04 /2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3008/2016

A empresa _____, com sede na _____,
CNPJ nº _____, representada pelo (a) Sr (a) _____,
CRENCIA o (a) Sr (a) _____, (cargo), portador (a) do RG nº
_____ e CPF nº _____, para representá-la perante a
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA no Processo Licitatório, em TODAS as FASES do
CONVITE, podendo, inclusive, receber intimação, interpor e desistir de recursos em todas as fases
licitatórias.

Assinatura Representante Legal da Empresa

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Cargo: _____

OBSERVAÇÃO: O modelo da carta de credenciamento em epígrafe deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO

CONVITE Nº 04 /2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3008/2016

_____, inscrita no CNPJ n.º
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF
nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 6.1.1. “d” e 4.4 do Convite, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos
para sua habilitação no presente processo licitatória. Declara ainda estar ciente da obrigatoriedade de
comunicar a ocorrência de qualquer evento impeditivo posterior.

(local e data)

(representante legal)

OBSERVAÇÃO: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

REF.: CONVITE N.º 04/ 2016.

_____, inscrita no CNPJ n.º _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º
_____, **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 6.1.3 alínea “d” do Edital,
sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento de todas as
informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação,
e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se
refere a Tomada de Preços em epígrafe. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da
lei.

(local e data)

(representante legal).

OBSERVAÇÃO: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.